



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. 10855/001.050/92-81
ACORDÃO N°. 106-07.445

Sessão de : 17 de agosto de 1995

Recurso n°: 89.031 - IRPF-EX: DE 1988

Recorrente : GERALDO TUVENT

Recorrida : DRE em SOROCABA - SP

MEMÓRIA

IRPF - DECORRÊNCIA - A decisão do processo-matrix estende seus efeitos aos processos decorrentes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GERALDO TUVENT

RESOLVEM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em DAR provimento parcial recurso, para excluir a parcela indicada pelo relator, adequando a exigência ao decidido no processo-matrix, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1995

JOSE CARLOS GUIMARÃES

- PRESIDENTE

HAROLDO MONTEIRO NUNES

- RELATOR

VISTO EM 24 JAN 1996
SESSÃO DE: 24 JAN 1996
DIRETORIA TÉCNICA E CRÍTICA: TERESA CECILIA DE MELLO HELLMANN
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL:



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. 10855/001-050/92-81

ACORDÃO N°. 106-07.445

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros:
WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, HENRIQUE ORLANDO MARCONI e MARIA NAZARETH REIS DE MORAES. Ausentes os Conselheiros JOSE FRANCISCO PAOLI JUNIOR, FERNANDO CORREA DE GUAMÁ e HENRIQUE ISLER.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°. 10855/001.050/92-81

ACÓRDÃO N°. 106-07.445

Recurso n°. 89.031

Recorrente: GERALDO TUVANI

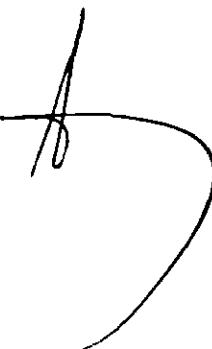
R E L A T O R I O

GERALDO TUVANI, já qualificado, por seu representante, recorre da decisão da DRF/Sorocaba-SP, de que foi cientificada em 22.12.93 (fls. 42), através de recurso protocolado em 25.01.94 (fls. 45).

2. Contra a contribuinte foi emitido Auto de Infração (fls. 18), relativo ao Imposto de Renda Pessoa Física/Exercício 1988, por reflexo de lançamento, na área do IRPJ, discutido no Processo n°. 1088/001.046/92-11.

3. Referido processo-matrix foi objeto de julgamento por esta Colenda 6ª. Câmara, em sessão de 16.08.95, resultando em dar provimento parcial conforme Acórdão n°. 106-7.431.

4. Neste processo em julgamento, a contribuinte não produziu qualquer defesa específica.

E o relatório. 



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N° No. 10855/001.050/92-81

ACORDÃO N°. 106-07.445

V O T O

Conselheiro MARIO ALBERTINO NUNES, Relator

Por se tratar de reflexo já julgado e não tendo a recorrente produzido qualquer defesa específica, não lhe cabe outra sorte, senão a do processo-matriz.

Assim sendo e por tudo mais que consta do processo, conhecido do recurso, por tempestivo e interposto na forma da lei e, no mérito, dou-lhe provimento parcial para adequar a exigência ao decidido no processo-matriz.

Brasília-DF, 17 de agosto de 1995

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Mário".
MARIO ALBERTINO NUNES - RELATOR